

Boletim Regulatório

Direito Administrativo | Regulação | Principais Notícias



SOBRE O PROJETO REGULAÇÃO EM NÚMEROS

O “Regulação em Números” é um projeto institucional da FGV Direito Rio, que tem três missões principais: (i) produzir e difundir conhecimento sobre a atividade regulatória do país; (ii) contribuir para o aprimoramento do ambiente regulatório nacional; e (iii) fomentar boas práticas em regulação.

Desenvolvido no âmbito do Centro de Pesquisa em Direito e Economia (CPDE) da FGV Direito Rio, o Regulação em Números reúne pesquisas empíricas, sobretudo de natureza quantitativa, sobre (i) Mecanismos de Participação (audiências e consultas públicas) das agências reguladoras federais, (ii) produção normativa dos órgãos reguladores, (iii) Controle político/legislativo das agências reguladoras e (iv) Controle externo das agências reguladoras.

EQUIPE DO PROJETO

Coordenadores

Sérgio Guerra
Natasha Schmitt Caccia Salinas
Patrícia R. P. Sampaio
Péricles Gonçalves Filho
Eduardo Jordão

Pesquisadores

Lucas Thevenard Gomes
Gabriela Borges Silva
Luiz Guilherme Pessoa Cantarelli
Luiza Castello Branco
Andre Martins Bogossian

Giro de Notícias

Senado apresenta projetos para reforma dos processos administrativo e tributário

Real digital terá 'stablecoins' de bancos e poderá reduzir 'spread' do crédito, diz Campos

O que esperar da Eletrobras se Lula ou Bolsonaro vencer a eleição

Térmicas polêmicas vão à leilão na CCEE

Odebrecht vende concessão da BR-163 ao governo do MT

Anvisa flexibiliza regras de embarque em navios de cruzeiro

Cade e OCDE estimam redução milionária em preços de passagens aéreas

STJ amplia cobertura do seguro DPVAT

ANP se prepara para entrada do hidrogênio no mercado de combustíveis brasileiro

ANS proíbe a venda de 70 planos de saúde, sendo 45 da Amil

Após medida cautelar da Anatel, teles reiteram compromisso de repassar desconto de ICMS

Anatel publica medida que obriga teles a repassar desconto de ICMS aos clientes

SISTEMA FINANCEIRO

Banco Central aprimora regulação da tarifa de intercâmbio (TIC)

Em 26 de setembro, o Banco Central do Brasil (BCB) editou a Resolução BCB nº 246, que estabelece limites à tarifa de intercâmbio (TIC) e ao prazo de liquidação de operações de cartões pré-pagos e de cartões de débito.

A tarifa de intercâmbio (TIC) é a remuneração, paga ao emissor do cartão, a cada transação, pelo credenciador do estabelecimento comercial (credenciador é quem fornece as 'maquininhas' para o comerciante).

Com a regra, o BC pretende reduzir os custos dos estabelecimentos comerciais na aceitação desses instrumentos de pagamento e encurtar o prazo para que eles tenham acesso aos recursos advindos desse tipo de transação.

A nova regulação entra em vigor em 1º de abril de 2023, estabelecendo: (i) limite máximo de 0,5% aplicado à TIC em qualquer transação de cartões de débito; (ii) limite máximo de 0,7% aplicado à TIC em qualquer transação de cartões pré-pagos; (iii) mesmo prazo para disponibilização dos recursos ao usuário final receptor (estabelecimentos comerciais) entre esses dois instrumentos de pagamento.

Instrução Normativa BCB nº 308, 26 de setembro de 2022, divulga a última versão do Manual Operacional do Diretório de Identificadores de Contas Transacionais (DICT), que compõe o Regulamento do Pix.

Instrução Normativa BCB nº 307, de 21 de setembro de 2022, define procedimentos operacionais relacionados ao Sistema de Transferência de Reservas (STR), à conta Reservas Bancárias e à Conta de Liquidação.

Instrução Normativa BCB nº 306, de 19 de setembro de 2022, divulga a versão 4.0 do Manual de APIs do Open Finance.

JURISPRUDÊNCIA

Tribunal de Contas da União

[Acórdão 2139/2022 – Plenário.](#)
[Processo: TC 019.064/2022-5.](#)
[Reestatização da BR-163 em](#)
[Mato Grosso](#)

O TCU realizou em 29 de setembro, sob a relatoria do ministro Bruno Dantas, acompanhamento da proposta da Concessionária Rota do Oeste à ANTT de transferência do controle da BR-163/MT. A Corte de Contas comunicou à ANTT que não vislumbra óbice à celebração do TAC objeto deste acompanhamento, a ser possivelmente celebrado com a Concessionária Rota do Oeste S/A. Entre os principais termos do TAC, a MT-PAR, que será a nova controladora da concessão, se comprometeu a investir R\$ 1,2 bilhão em obras para a melhorar a trafegabilidade da BR-163/MT. Ela deverá manter os valores atuais das tarifas, além de acertar as dívidas da CRO, sem qualquer desconto ao valor dos investimentos.

[Auditoria do sistema de](#)
[votação brasileiro é](#)
[apresentada à missão de](#)
[observação eleitoral da OEA](#)

[TCU aponta possível dano ao](#)
[erário de R\\$ 277 milhões na](#)
[nova subida de Petrópolis](#)

CVM edita resolução que regulamenta disposições sobre voto plural e composição dos órgãos de administração de companhias abertas

Em 20 de setembro, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) editou a Resolução CVM nº 168/2022, que altera dispositivos pontuais das Resoluções CVM nº 59/2021 e nº 80/2022, a fim de regulamentar disposições sobre voto plural e composição de órgãos de administração de companhias abertas. A Resolução nº 168/2022 é resultado da Audiência Pública SDM nº 09/2021, no âmbito da qual foi proposta a regulamentação de disposições legais introduzidas pela Lei nº 14.195/2021 na Lei nº 6.404/976.

CVM edita Resolução e reduz à metade multa cominatória por atraso na apresentação da Declaração Eletrônica de Conformidade

Em 20 de setembro, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) editou a Resolução CVM nº 169/2022, que altera a Resolução CVM 51 e reduz à metade multa cominatória por atraso na apresentação da Declaração Eletrônica de Conformidade quando o participante for auditor independente sem clientes no mercado de valores mobiliários.

Susep divulga síntese mensal com dados do setor até julho

A Superintendência de Seguros privados (Susep) divulgou, em 21 de setembro, o seu relatório Síntese Mensal, com dados relativos ao desempenho do setor de seguros até julho de 2022. O documento é produzido pela Susep com base nos dados encaminhados pelas empresas supervisionadas à Autarquia.

Segundo o Relatório, a arrecadação do setor no acumulado até julho de 2022 foi de R\$ 199,92 bilhões, o que representa crescimento de 15,9% em relação ao mesmo período de 2021, quando foram movimentados R\$ 172,46 bilhões. Os segmentos de seguros apresentaram crescimento de 16,3% no acumulado até julho de 2022, em relação ao mesmo período de 2021. Foram arrecadados R\$ 176,42 bilhões nos sete primeiros meses de 2022.

A linha de negócio rural foi destaque, com crescimento de 41,8% na arrecadação de prêmios no acumulado até julho de 2022, em comparação ao mesmo período de 2021. Os seguros das linhas riscos especiais patrimoniais e auto também se destacaram, com crescimento acima de 30%.

[TCU lança cartilha com orientações sobre a arrecadação e a gestão dos tributos municipais](#)

[TC 042.705/2021-5. Prosseguimento da desestatização da Ceasa de Minas Gerais é autorizado pelo TCU](#)

O Tribunal de Contas da União (TCU) realizou, sob a relatoria do ministro Benjamin Zymler, acompanhamento da privatização das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A (CeasaMinas), sociedade de economia mista de capital fechado, constituída por meio da lei estadual de Minas Gerais 5.577/1970, e repassada ao controle da União em 1996.

Ressalvadas as determinações e recomendações do TCU, o Banco Nacional de Desenvolvimento Social e Econômico (BNDES) e a Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimento atenderam aos requisitos para a desestatização. O TCU determinou ao BNDES que revise as projeções de receitas de Tarifa de Uso dos contratos de concessão de uso que apresentem carência ou desconto, e atualize os fluxos de caixa projetados. Outra determinação ao banco federal é que ajuste as avaliações econômico-financeiras com o quantitativo de funcionários demitidos, o valor das rescisões, bem como os gastos de pessoal nos fluxos de caixa.



Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ)

Realizado evento de Market Sounding sobre desestatização do Porto de Santos

O Ministério da Infraestrutura, em parceria com a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), a Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos (SEPPI/ME) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, organizaram evento de Market Sounding, realizado nos dias 28 e 29 de setembro, para os investidores interessados em participar do processo de desestatização da Autoridade Portuária de Santos, com o objetivo de discutir a estruturação do projeto e a modelagem da privatização.

Movimentação portuária no mês de julho registra crescimento de 2,2%

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) divulgou no mês de setembro o balanço atualizado da movimentação dos portos brasileiros. De acordo com o Painel Estatístico da Agência, o mês de julho apresentou saldo positivo, com aumento de 2,23% na movimentação de cargas, no comparativo com o mesmo período do ano anterior, totalizando 109,7 milhões de toneladas.

Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)

ANTT aprova minuta de Plano de Outorga e relatório final da AP sobre BR-381/MG

A ANTT aprovou na Reunião de Diretoria, realizada em 20 de setembro, a minuta do Plano de Outorga e o relatório final da Audiência Pública nº 7/2022, que trata da concessão da BR-381/MG. Foram 568 protocolos analisados pela equipe técnica da ANTT de 18/7 a 8/8/2022. Após o término do período de contribuições e após a análise técnica realizada, as manifestações aceitas foram incorporadas às referidas minutas de Edital e Contrato, assim como aos Estudos de Viabilidade Técnica e Econômica e ao Programa de Exploração da Rodovia (PER).

Opinião

Direito Constitucional Administrativo? - Egon Bockmann Moreira

ANS aprova medidas para socorrer operadoras em risco financeiro - Vilhena Soares

Regulação e concorrência nas operações verticais: onde estamos e para onde vamos - Ana Sofia Signorelli; Gilvandro Araújo

Lições de dois anos após o marco do saneamento - Pedro Souza e Luciene Machado

Por que o conceito de fake news importa tanto? - Eduardo Jordão; Felipe Roquete

O projeto 'antiarbitragem' - Jairo Saddi

Lessons from the FTC's Facebook Saga - Rohit Chopra

Another Round of Speculation about Chevron? - Evan Zoldan

Improving International Regulatory Cooperation - Marianna Karttunen and Alberto Morales

ANTT e Governo do MT devem realizar transferência de controle acionário da BR-163/MT

A ANTT e o Governo do Estado do Mato Grosso devem realizar, após aprovação do Tribunal de Contas da União (TCU) em 28 de setembro, a transferência de controle acionário e um novo Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com a Concessionária Rota do Oeste (CRO), responsável pela concessão de 822,8 km da BR-163/MT. A medida ainda vai ser deliberada em Reunião de Diretoria da ANTT.

ANTT aprova regras para Agente de Transporte Ferroviário de Cargas (ATF-C)

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) publicou, em 21 de setembro, a Resolução nº 5.990/2022, atualizando as normas para registro e regulamentação do Agente Transportador Ferroviário de Cargas (ATF-C), atual denominação para o papel do Operador Ferroviário Independente (OFI). Tal medida é resultado da edição da Lei das Ferrovias (Lei nº 14.273/2021), que modificou o cenário ferroviário, eliminou a figura do OFI e previu novos instrumentos de delegação do serviço de transporte ferroviário de cargas e do serviço de transporte não regular de passageiros não associados à exploração de infraestrutura. O objetivo da nova legislação foi ampliar o sistema regulatório do setor e aperfeiçoar os serviços prestados nas ferrovias nacionais.

ANTT aprova regulamentação dos documentos obrigatórios para transporte rodoviário coletivo internacional de passageiros

Em 20 de setembro, a ANTT publicou, por meio da Resolução nº 5.989/2022, a regulamentação que estabelece os documentos de porte obrigatório no veículo durante a prestação, por empresa brasileira ou estrangeira, de serviço de transporte rodoviário coletivo internacional de passageiros (TRIIP), no domínio dos países do Mercosul.

ANTT define requisitos e procedimentos para novos pontos de fronteira

A ANTT publicou a Resolução nº 5.991/2022, que estabelece os requisitos e procedimentos para habilitação de pontos de fronteira ao tráfego internacional terrestre, que são os locais destinados à entrada e saída de veículos, pessoas, bens e mercadorias, procedentes do exterior ou a ele destinados.

Publicações

Mecanismos de Equilíbrio
Econômico-Financeiro -
Ana Paula Peresi de Souza

Estratégias contra fake
news: Dados empíricos do
combate travado por
legisladores e juízes -
Eduardo Jordão (Coord.)
FGV Direito Rio

How to Converge the US
and European Antitrust
Approaches Toward Big
Tech - Michal Halperin;
Ketan Ahuja

Remedies for M&A Breach
of Contract – The Case of
Cineplex - Jonathan Chan;
Martin Petrin

Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC)

ANAC simplifica autorização para exploração de transporte aéreo por empresas estrangeiras

Em 21 de setembro, a ANAC aprovou as Resoluções nº 692, nº 693 e nº 694, que dispõe sobre novas regras para exploração do serviço de transporte aéreo internacional por empresas aéreas estrangeiras, bem como atualizou as condições para uso de código compartilhado para empresas brasileiras e estrangeiras.

ANAC facilita procedimento para realização de exames práticos de tripulantes de operadores de táxi-aéreo

Em mais uma ação alinhada ao Programa Voo Simples e às melhores práticas de Regulação Responsiva, a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) publicou, no dia 6 de setembro de 2022, a Portaria nº 9.081/SPO, que dispõe sobre a utilização de examinador credenciado de outro detentor de certificado que opera sob o Regulamento Brasileiro de Aviação Civil (RBAC) nº 135 para realização de exames práticos de tripulantes.

ANAC lança novo Portal de Legislação

A ANAC lançou nesta quinta-feira, 22 de setembro, seu novo Portal de Legislação. A página foi completamente reformulada com o objetivo de melhorar a experiência dos usuários, tornando a navegação mais simples e amigável.

VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)

Aberta Consulta Pública sobre regularização de alimentos e embalagens

Começou em 15/09, o prazo para o envio de contribuições à Consulta Pública (CP) 1.113/2022, que trata da proposta de Resolução de Diretoria Colegiada (RDC) sobre a regularização de alimentos e embalagens sob competência do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS). A proposta prevê mudanças em procedimentos de registro e pós-registro, além de estabelecer a notificação para algumas categorias, visando a modernização da regularização desses produtos. O prazo para o envio de comentários e sugestões irá até 13 de dezembro.



Anvisa aprova o registro dos primeiros testes para diagnóstico da monkeypox no Brasil

Em 20 de setembro, a Anvisa aprovou o primeiro produto para o diagnóstico da monkeypox no Brasil. O produto registrado pela Agência é o Kit Molecular Multiplex OPXV/MPXV/VZV/RP Bio-Manguinhos. Em seguida, no dia 26 de setembro, a Anvisa divulgou a aprovação de um segundo produto para o diagnóstico do vírus Monkeypox no Brasil. O novo produto registrado pela Agência é o Kit Molecular Monkeypox (Mpxv) Bio-Manguinhos, fabricado pela Fundação Oswaldo Cruz.

Está em vigor norma sobre otimização de análise de medicamentos

Em 19 de setembro entrou em vigor a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) 750/2022, que estabelece procedimento otimizado temporário de análise de registro e pós-registro de medicamentos, insumos e produtos biológicos.

SAÚDE SUPLEMENTAR

Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS)

Publicada lei que derruba rol taxativo para cobertura de planos de saúde

Em 21 de setembro, foi publicada a Lei nº 14.454 de 2022, que derruba o chamado “rol taxativo” para a cobertura de planos de saúde. Assim, as operadoras de assistência à saúde poderão ser obrigadas a oferecer cobertura de exames ou tratamentos que não estão incluídos no rol de procedimentos e eventos em saúde suplementar. No mesmo dia, a ANS divulgou posicionamento manifestando sua preocupação com a segurança dos usuários da saúde suplementar. Para acessar o posicionamento da ANS, [clique aqui](#).

Selo de Qualidade Regulatória

A ANS recebeu a nota máxima – Padrão Ouro – do Selo de Qualidade Regulatória (SQR), concedido pelo Ministério da Economia.



ANS promoveu Audiência Pública nº 25

A ANS realizou, no dia 29/09, ANS) a Audiência Pública nº 25 para colher subsídios sobre a proposta de simplificação de obrigações de regulação prudencial das operadoras de planos de saúde, referentes às RN 519 (autorização prévia anual - APA para livre movimentação de ativos garantidores), RN 521 (ativos garantidores) e RN 523 (procedimentos de adequação econômico-financeira - PAEF).

ANS suspende a comercialização de 70 planos de saúde

A ANS divulgou, em 26/09, a lista de planos de saúde que terão a venda temporariamente suspensa devido a reclamações relacionadas a cobertura assistencial. A medida faz parte do Monitoramento da Garantia de Atendimento, que acompanha regularmente o desempenho do setor e atua na proteção dos consumidores. Nesse ciclo, a ANS determinou a suspensão de 70 planos de 13 operadoras devido a reclamações efetuadas no 2º trimestre.

TELECOMUNICAÇÕES

Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)

Anatel inicia consulta pública sobre TV Box

Em 23 de setembro, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) iniciou a Consulta Pública nº 61 para receber contribuições sobre requisitos para avaliação da conformidade de equipamentos do tipo Smart TV Box. Com isso, a Agência busca criar uma classificação de produto específica e incluir procedimentos para a verificação da presença de funcionalidades voltadas à violação da legislação brasileira de direitos autorais. Contribuições e sugestões devem ser encaminhadas, até 20 de novembro, por meio do sistema Participa Anatel.

Anatel determina repasse do ICMS ao consumidor

Em 21 de setembro, a Anatel determinou às prestadoras de serviços de telecomunicações o repasse imediato aos seus consumidores da redução das alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) realizadas pelos estados em decorrência da Lei Complementar nº 194, de 23 de junho de 2022, a partir de sua efetiva vigência.

ENERGIA

Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustível (ANP)

ANP publica versão completa do Anuário Estatístico 2022

A ANP divulgou, em 28 de setembro, a versão completa digital do Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis 2022, que apresenta de forma consolidada os dados do setor de petróleo, gás natural e biocombustíveis no Brasil, além de um panorama internacional, em 2021. A publicação, que é utilizada pelo governo e por agentes econômicos para subsidiar o seu planejamento. O Anuário pode ser acessado [aqui](#).

Oferta Permanente de Concessão: ANP conclui homologação dos resultados do 3º Ciclo

A Diretoria da ANP aprovou em 22 de setembro o Relatório de Julgamento Complementar, referente ao resultado do 3º Ciclo da Oferta Permanente de Concessão (OPC), realizado em 13/04/2022. Com a decisão, será homologado o resultado de 18 blocos, todos arrematados pela empresa Origem Energia S.A, e a Agência conclui o processo de homologação do 3º Ciclo da OPC.

ANP aprova resolução sobre biometano de aterros sanitários e estações /de esgoto

Em 22 de setembro, a Diretoria da ANP aprovou a Resolução NAP nº 886/2022 que altera a Resolução ANP nº 685, de 29 de junho de 2017, que estabelece a especificação do biometano de aterros sanitários e estações de tratamento de esgoto.

ANP faz consulta prévia do relatório de AIR para revisão dos padrões de poços

A Diretoria da ANP aprovou a consulta prévia da Análise de Impacto Regulatório (AIR) para revisão dos padrões técnicos de dados de poços. O objetivo é realizar uma troca entre a indústria do petróleo e gás natural e a ANP, dando transparência e isonomia às ações da Agência.



Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)

Normas sobre compartilhamento de infraestrutura são consolidadas em uma única resolução

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) decidiu unificar o conteúdo de duas resoluções: a nº 375/2009, relativa ao uso de instalações de distribuição como meio de transporte para a comunicação através da tecnologia Power Line Communications (PLC), e a nº 797/2017, que trata do compartilhamento da infraestrutura com agentes cessionários do setor elétrico, de telecomunicações, ou de Petróleo e Gás, além da Administração Pública direta ou indireta e demais interessados.

ANEEL aprimora conteúdo das Resoluções Normativas nº 950 e 1.000/2021

Em 20 de setembro, a ANEEL aprovou o aprimoramento das Resoluções Normativas nº 950 e 1.000 de 2021. As alterações se dão em função da publicação dos Decretos nº 11.016 e nº 11.034 de 2022 que tratam, respectivamente, da regulamentação do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e do estabelecimento de diretrizes e normas sobre o Serviço de Atendimento ao Consumidor. O tema foi discutido previamente no âmbito da Consulta Pública nº 29/2022.

ANEEL homologa parcialmente resultado do Leilão de Energia Nova “A-4” de 2022

Em 20 de setembro, a ANEEL aprovou a homologação parcial do resultado e a adjudicação do Leilão de Energia Nova “A-4” de 2022 (Leilão nº 3/2022-ANEEL). O certame foi realizado em 27 de maio de 2022, destinado a contratar energia elétrica proveniente de novos empreendimentos de geração para suprir a demanda das distribuidoras Cemig, Coelba e Light.

Aprovada metodologia para intensificação do sinal locacional na TUST e na TUSDg

A Diretoria Colegiada da ANEEL a nova metodologia de cálculo das Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão (TUST) e das Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição para centrais de geração conectadas em 88 quilovolts (kV) e 138 kV (TUSD-g). Ao longo de cinco ciclos tarifários, a partir de 2023 e até 2028, a Agência promoverá a gradual intensificação do sinal locacional – ou seja, um realinhamento dos custos de transmissão de modo a equilibrar a cobrança pelo uso do Sistema Interligado Nacional (SIN).



SANEAMENTO

ANA abre consulta pública para receber contribuições sobre sua agenda regulatória para o triênio 2022-2024

Em 27 de setembro, a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) divulgou a abertura de prazo para manifestação da sociedade no âmbito da Consulta Pública nº 07/2022, que tem como objeto a Agenda Regulatória da ANA para o triênio 2022-2024. Por meio da consulta, a sociedade brasileira poderá manifestar-se acerca dos temas que comporão a agenda regulatória da ANA nos próximos anos, auxiliando a agência na definição de prioridades e instrumentos regulatórios para lidar com os desafios regulatórios dos setores sob sua competência até 2024. As contribuições da sociedade poderão ser enviadas até as 18h de 26 de outubro, quarta-feira, por meio do Sistema de Participação Social da ANA.

Resolução da ANA é avaliada com padrão Ouro no Programa Selo de Qualidade Regulatória

A Resolução ANA nº 70, de 19 de abril de 2021, foi avaliada como padrão Ouro no Programa Selo de Qualidade Regulatória. Essa iniciativa do Ministério da Economia, implementada pela Portaria SEAE/ME nº 6.554, de 22 de julho de 2022, tem como objetivo proporcionar reconhecimento e visibilidade aos reguladores federais pelo desempenho na adoção de melhores práticas internacionais e contribuir para a entrada do Brasil na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

A Resolução nº 70/2021 trata das condições para a operação do Sistema Hídrico do Rio Tocantins, composto pelos reservatórios de Serra da Mesa, Cana Brava, São Salvador, Peixe Angical, Lajeado (Luís Eduardo Magalhães), Estreito e Tucuruí. A norma alcançou a pontuação 9 na avaliação de 10 requisitos.